

SOUSA GALITO, Maria (2011). Geopolítica e História. CI-CPRI, AO, N.º 21, pp. 1-5.

AO: Artigo de Opinião



Geopolítica e História

1. Equilíbrio de Poderes

As relações entre pessoas e entre países são fruto de equilíbrios de poder (*balance of powers*) entre povos e soberanias que se sucederam nos últimos séculos, as quais produziram efeitos no longo prazo.

No primeiro quartel do séc. XXI, registam-se cerca de duzentos países no mundo (o número varia consoante a fonte, pois nem todos são reconhecidos universalmente). Cada qual possui a sua própria História. Portanto, os respectivos povos herdaram diferentes perspectivas sobre o que aconteceu *de facto*.

Se os países são rivais, o planeta terra é um manto de retalhos com fronteiras nem sempre reconhecidas por todos, mas alvo de conflitos, com base em mudanças na ordem mundial ou no equilíbrio de poderes da época.

Neste manto de retalhos há Estados-Nação (um Estado, um Povo, uma Língua. Ex. Portugal). Há Federações de Estados (Ex: Federação Alemã, EUA, Brasil). Há Estados que possuem mais de uma Nação (Ex. Bélgica). Há Nações que se dividem em diferentes Estados (Ex. Curdistão, entre a Turquia e o Iraque). E Nações que não são Estados (Ex. os tutsis no Ruanda).

Esta questão é relevante porque uma Nação, para se afirmar internacionalmente e no tempo, precisa constituir-se num Estado. Recorde-se o exemplo dos *judeus*, que se sentiram perseguidos durante séculos enquanto *Nação*, desprotegidos do ponto de vista institucional e legal, razão pela qual atribuem importância capital ao reconhecimento e à independência do Estado de Israel.

As alianças entre países são igualmente baseadas em objectivos comuns e podem depender da época. Por exemplo, no mundo bilateral da Guerra Fria os Estados

gravitavam entre *amigos* dos EUA ou da URSS. Após a queda do Muro de Berlim e com a desintegração do império soviético em 1991, a maioria aproveitou a margem de manobra para redefinir o seu sistema de alianças contribuindo, assim, para uma nova ordem mundial.

Não admira, portanto, que os países fomentem relações bilaterais e/ou multilaterais com base em interesses nacionais, e que actuam em palcos internacionais nem sempre pelas razões que invocam para convencer os respectivos eleitores ou contribuintes internos

Quando o propósito é saber quem ganha e quem perde no xadrez internacional, os direitos humanos são quase sempre remetidos para último plano, à medida que crescem em importância os interesses geopolíticos e geoeconómicos (conquista dos recursos naturais, tais como o petróleo).

O equilíbrio de poderes entre continentes também não é inocente. Frases do tipo *África Pobre* ou *Europa Rica* assentam em pressupostos dúbios, em parte herdados e divulgados pela mentalidade dominante. Em parte reforçados por discursos politicamente correctos (discriminação positiva). Ou, pelo contrário, radicais que almejam manter divisões artificiais (discriminação negativa) no xadrez internacional.

Uma mentalidade contrariada pela ascensão dos BRICA (que inclui a África do Sul), o G20 e o declínio de termos como *Terceiro Mundo* ou *Países Subdesenvolvidos* substituídos, por exemplo, por *Diálogo Norte-Sul* e *Países em desenvolvimento* mais ajustados ao contexto actual.

Por um lado temos a dinâmica entre países. Por outro a das regiões e dos continentes. Os blocos regionais resultam da necessidade de cooperação internacional (não nos referimos a impérios, baseados na conquista e que se perpetuam pela coação) e são uma *novidade histórica* no xadrez internacional (milénar), no qual não deixa de haver uma mentalidade dominante que não é estática.

Os impérios também caem. As ordens mundiais mudam em função de equilíbrios/desequilíbrios no xadrez internacional.

2. Rivalidade entre Povos

A Geopolítica é poder. Os indivíduos são instrumentais desse poder. Os povos reivindicam poder ou fazem por mantê-lo. Mas nenhum abdica dele.

Os diferentes povos digladiam-se desde o tempo das primeiras Civilizações (Suméria, Babilónia, Egipto, China). Os referidos antagonismos produziram consequências estruturais nas suas regiões de influência, que por sua vez fizeram surgir potências alternativas, algumas das quais ascenderam ao estatuto de Impérios. Esta dinâmica ainda produz efeitos no presente.

As populações são competitivas entre si, gostam de superar-se umas às outras *em valor*. Invocam-se questões relacionadas com o reconhecimento do *outro* sobre as suas competências. Há lutas de poder mesmo entre as comunidades com discursos *politicamente correctos*, baseados na *tolerância* mútua e na paz transfronteiriça.

O próprio conceito de *tolerância* pode esconder uma *falsa aceitação* do estrangeiro e ser mais o reflexo da *condescendência* (da maioria ou da elite) em nome de interesses mais altos: paz junto à fronteira, coesão ou paz social, necessidade de emigrantes para preencher necessidades conjunturais da economia nacional, etc.

O politicamente correcto coexiste com discursos de linguagem populista. Estes últimos realçam diferenças básicas entre cidadãos, as quais se supõem facilmente identificáveis pelo cidadão comum num comício ou numa conferência de imprensa: *pretos/brancos, homens/mulheres, muçulmanos/cristãos*.

Portanto, o racismo, a xenofobia e o choque de civilizações são fenómenos que resultam, em grande medida, do xadrez internacional entre países, entre povos, entre continentes. A educação e a mentalidade dominante nas sociedades globalizadas da actualidade traduzem padrões herdados nos últimos séculos e transmitidos oralmente entre gerações.

Realçam diferenças básicas entre cidadãos? Estas são *fáceis de identificar*, porquê? Reconhecem-se em praça pública porque as comunidades incentivam, de forma informal e desde cedo, à integração individual em grupos pré-definidos. E não necessariamente no todo social, o que depende da existência e posterior afirmação de leis em prol da igualdade de direitos e responsabilidades.

Tanto que o objectivo da *oratória da extrema-direita*, por exemplo, é apelar a pesadelos sociais ou a feridas históricas que despertam imediatamente sentimentos de xenofobia, racismo e/ou luta de classes entre as camadas das populações mais vulneráveis à mudança (inclusive pessoas que perderam o emprego e se obrigaram a um ajustamento de expectativas em relação ao padrão de vida).

A turba reage emotivamente e é susceptível à forma como é transmitida a *mensagem* das escolas, do governo, dos meios de comunicação. Nem todos estão conscientes que a informação transmitida é seleccionada em função de interesses editoriais, económico-empresariais ou governamentais.

Por isso é tão importante o papel dos cidadãos na formação de uma opinião pública consciente e *humana*. Sobretudo quando *informada* e instruída, é menos susceptível a discursos radicais como o era antigamente. Ajuda a promover uma sociedade mais justa. Porque possui poder no seio de Democracias que sejam Estados de Direito.

Se os Estados não reformulam/readaptam as suas políticas ou a sociedade civil (a opinião pública mundial ou de um bloco regional ou de uma península) não se mobiliza no sentido de contrariar a discriminação ou a marginalização de certas *minorias*, cada

criança é *empurrada* para uma categoria e em adulto *obriga-se* a identificar claramente os seus *adversários* à sua progressão social.

Em regiões onde já há rivalidade e desconforto, o ódio pode ser ateadado a qualquer momento, com base em interesses sectoriais ou sede de protagonismo individual/grupal.

Mais ainda em períodos de crise internacional em que os fenómenos migratórios são intensos, com milhares de pessoas a transitar entre fronteiras e para continentes alternativos ao seu, à procura de melhores condições de vida. Se os países de destino já não conseguem absorver *essa mão-de-obra*, surgem clivagens entre indivíduos locais e emigrantes.

3. A História

As interacções entre países e agentes individuais ou colectivos produzem efeitos ao nível internacional, nacional, regional e local. Então, podemos concluir que:

Primeiro, se a História reflecte a evolução das relações de poder, não é difícil compreender que são sobretudo os vencedores que difundem a sua perspectiva dos acontecimentos. Os quais dependem de propósitos políticos conjunturais ou estruturais.

Segundo, a forma escrita permite a perpetuação de uma *versão da História*, na medida em que é transmitida de geração em geração, nomeadamente de forma institucional através do ensino.

Terceiro, os interesses nacionais ou governamentais podem não ser transparentes mas são inerentes ao processo de construção dos textos pedagógicos a distribuir pelas escolas.

Os quais vão de certa forma formatar gerações de crianças e adolescentes que seguem estas linhas de orientação. As quais, mesmo se escrutinadas e postas em causa por professores e alunos na sala de aula, não deixam de seguir uma direcção pré-estabelecida que define o ponto de partida do estudo.

Quarto, os textos reflectem igualmente a mentalidade dominante na época em que são dirigidos. Pelo que dificilmente estão dissociados de tendências que discriminam negativa ou positivamente certos acontecimentos históricos, não imunes à *opinião* ou à avaliação politicamente correcta dos mesmos. Aproximamo-nos da verdade depois de, pelo menos, fazer um balanço consciente das várias versões dos eventos. A verdade, se existe, baseia-se em factos não em interpretações.

Consequentemente, a subjectividade está inerente a qualquer análise histórica, por muito que os profissionais se considerem *neutros*. As dificuldades residem muitas vezes na falta de provas materiais (substanciais e de credibilidade inquestionável) que testemunhem a favor de uma determinada visão dos acontecimentos.

A História deve, pois, ser analisada por especialistas de diferentes áreas (historiadores, sociólogos, economistas, etc.). Deve haver um entendimento multidisciplinar das questões, para que o estudo das matérias possa aproximar-se da verdade.

Implica uma mudança de paradigma. Objectivos? Primeiro, que os diferentes povos possam aprender mais sobre as suas heranças comunitárias/nacionais, e não apenas sobre as experiências e políticas expansionistas de povos terceiros.

Segundo, potenciar o conhecimento de *quem são*, de *onde vêm*, porque aconteceu aquilo, a importância da cidadania, como construir um futuro promissor.

Meios? Primeiro, promover a análise e interpretação dos factos (quando existem) com base na ciência. Segundo, utilizar o senso comum e o diálogo como forma de integração e apaziguamento de mágoas, ressentimentos ou ansiedades colectivas.

Terceiro, promover a reciprocidade: *não faço ao outro aquilo que não gostaria que me fizessem a mim*. Mas e se fizerem? Para isso servem as instituições criadas para proteger os direitos e as responsabilidades inerentes a Democracias que são Estados de Direito. Se não funcionam, não há Justiça e sem Justiça não há Estado de Direito.

Quarto, políticas governamentais de carácter humanitário ajudam a mudar mentalidades, mas mudanças na ordem mundial produzem efeitos mais rápidos. Estados com elevadas taxas de crescimento do PIB, grandes reservas de recursos naturais necessários à industrialização de outros países, muito capital disponível para investir em economias carenciadas, são chamados a intervir e a agir a nível global (Ex. BRICA).

Fenómenos como o racismo, a xenofobia ou o choque de civilizações são minorados quando os povos *vitimizados no passado* dispõem de capacidade de negociação no palco internacional.

Quem tem poder não é discriminado. Quem passa a ter poder, deixa de o ser.

Todos os povos jogam no palco internacional. No xadrez vence a estratégia para o êxito. No poker pode triunfar o bluff. Num mundo darwinista, reina sempre a lei do mais forte.